

Ideologia, Mapas e o Ensino de Geografia na Educação Básica

Clara Correia Vieira¹; Maria Isabela da Silva Lauvres¹; Yuri Gabriel da Silveira Monteiro¹;
Rômulo Weckmüller Vieira²

¹Discente do curso de Ciências Ambientais, UERJ, Cabo Frio, RJ;.

²Professor Adjunto do Departamento de Geografia, UFF, Rio de Janeiro, RJ.

Este trabalho propõe analisar a dimensão ideológica presente nos mapas, compreendendo-os não como representações neutras da realidade, mas como construções atravessadas por intencionalidades políticas. Parte-se do princípio de que todo mapa constitui uma leitura elaborada pelo cartógrafo, marcada por escolhas técnicas e simbólicas que refletem relações de poder. Nesse sentido, discute-se o uso histórico da Projeção de Mercator em mapas didáticos, cuja distorção das áreas territoriais contribuiu para reforçar a centralidade do Norte Global. Além disso, busca-se abordar as transformações recentes na cartografia, com destaque para propostas desenvolvidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apresentam novas perspectivas de representação, como a centralização do Brasil e a inversão da orientação tradicional do mapa-múndi. O uso de mapas no ensino básico contribui para o desenvolvimento cognitivo dos estudantes, promovendo práticas de observação, leitura e interpretação espacial. De acordo com Helena Copetti Callai (2005), essas habilidades auxiliam na compreensão das particularidades do espaço geográfico. Entretanto, entende-se que, ao longo da educação básica, os estudantes frequentemente entram em contato com representações cartográficas que refletem posicionamentos políticos e ideológicos presentes tanto nos mapas quanto nos materiais didáticos utilizados. Em muitos casos, os alunos não são estimulados a questionar criticamente essas representações, situação que se manifesta tanto em escalas globais quanto locais. A ampla difusão de projeções cartográficas, como a de Mercator, levou à consolidação dessas representações como símbolos ideológicos vinculados ao pensamento eurocêntrico predominante em sua época. No caso específico da Projeção de Mercator, debates de caráter decolonial têm evidenciado críticas relacionadas à distorção da percepção sobre o tamanho e a importância das diferentes regiões do planeta. Essas discussões tornam-se perceptíveis, por exemplo, diante das reações provocadas pelas propostas do IBGE de elaboração de mapas com o Brasil centralizado. Nesse contexto, a atuação do professor em sala de aula torna-se fundamental para a conscientização e a adoção de uma cartografia crítica e decolonial. Observa-se, portanto, que os mapas são permeados por ideologias e, por essa razão, exigem do docente responsabilidade e senso crítico em sua utilização. Cabe ao professor buscar novas fontes cartográficas e promover representações alinhadas a uma perspectiva de educação emancipatória, na qual os estudantes possam compreender que o mapa constitui uma projeção da realidade e não uma definição hierárquica entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Espera-se que este trabalho contribua para o fortalecimento de uma educação mais crítica e reflexiva, inspirando práticas pedagógicas em sala de aula voltadas à análise consciente das representações cartográficas por professores e estudantes de Geografia.

Palavras-chave: mapas; ideologia; política.